Lição 1/b

> *Ora, o que resulta de várias aldeias, todas já tendo por fim a autossuficiência, é a comunidade completa, a cidade; o que equivale a dizer, por conseguinte, que ela é feita em vista do viver e existe em vista do viver bem.*
>
> *Por isso, toda cidade é natural, se é que o são as primeiras comunidades; pois ela é o fim delas, e a natureza é fim. Com efeito, aquilo que cada coisa é em sua geração completa, isso dizemos ser a natureza de cada coisa, quer se trate de homens, de cavalos ou da casa.*
>
> *Além disso, aquilo em vista de que algo é, e que é fim, é o melhor; ora, a autossuficiência é fim e é o melhor.*
>
> *Disso é claro que a cidade é uma das coisas naturais e que o homem é, por natureza, um animal cívico. E aquele que, por natureza e não por fortuna, não tem cidade, ou é perverso, ou é melhor que um homem. Tal é aquele a quem Homero censura: sem fratria, sem lei, sem lar. Quem é assim por natureza é desse modo e está inclinado à guerra, desejando existir sem nenhum jugo, como as aves selvagens.*
>
> *Ora, que o homem é mais animal cívico do que as abelhas e todos os animais gregários é muito evidente. Pois a natureza, como dizemos, nada faz em vão, e só o homem tem a fala, além dos outros animais; a voz, com efeito, é sinal do prazer e da dor, e por isso existe também nos outros animais; pois a natureza deles chegou ao ponto de ter a percepção das dores e dos prazeres e de os significar uns aos outros. Mas a fala existe para manifestar o útil e o nocivo e, por isso, o justo e o injusto; pois, entre todos os animais, é próprio só do homem ter a percepção do bem e do mal, do justo e do injusto, e de coisas semelhantes. E a comunhão nessas coisas produz a casa e a cidade.*
>
> *Portanto, a cidade é anterior à casa e a cada um de nós; pois é necessário que o todo seja anterior à parte. Com efeito, se o todo [o corpo] for destruído, não haverá pé nem mão, a não ser equivocamente, como quando falamos de uma mão de pedra; pois será assim se estiver corrompida, já que todas as coisas se definem por sua obra e sua virtude. Por isso não terá mais a mesma existência e não será chamada a mesma coisa, mas será nomeada equivocamente. Assim, pois, é claro que a cidade é natural e anterior a cada indivíduo. Com efeito, cada indivíduo, separadamente, não é autossuficiente, e do mesmo modo as outras partes se mantêm em referência ao todo. Mas aquele que é incapaz de unir-se a*

> *outros, ou que de nada precisa por ser autossuficiente, não é parte da cidade, porque é ou uma besta ou um deus.*
>
> *Além disso, a natureza põe em todos um impulso para tal comunidade. E quem primeiro a instituiu foi causa dos maiores bens. Pois, assim como o homem, quando aperfeiçoado, é o melhor dos animais, assim também, quando separado da lei e da justiça, é o pior de todos. Com efeito, a injustiça armada é a mais cruel, e o homem nasce com armas que devem ser usadas pela prudência e pela virtude, mas que ele pode usar com grande eficácia para fins contrários; por isso, sem virtude, o homem é o mais ímpio e selvagem dos animais, inclinado à luxúria e à mais rapace avidez. Mas a justiça é cívica. Pois dike é a ordem da comunidade cívica, e dike é o juízo do que é justo.*

Quae autem ex pluribus vicis etc. Depois de determinar as comunidades ordenadas à cidade, o Filósofo determina a comunidade da própria cidade. E esta parte se divide em três.

Primeiro, mostra que tipo de comunidade é a cidade.

Segundo, mostra que ela é natural, em *propter quod omnis civitas* etc.

Terceiro, trata da instituição da cidade, em *natura igitur quidem* etc.

Quanto ao primeiro ponto, mostra a condição da cidade no que se refere a três coisas.

Primeiro, mostra a partir de que a cidade se constitui: pois, assim como a aldeia se constitui a partir de várias casas, também a cidade se constitui a partir de várias aldeias.

Em segundo lugar, diz que a cidade é uma comunidade perfeita. Isto ele prova pelo seguinte: como toda associação de todos os homens se ordena a algo necessário à vida, será perfeita aquela comunidade que se ordena a isto, a saber, que o homem tenha de modo suficiente tudo o que é necessário à vida; ora, tal é a comunidade da cidade, pois pertence à noção de cidade que nela se encontrem todas as coisas que bastam à vida humana, tal como de fato acontece; e por isso ela se compõe de várias aldeias, em uma das quais se exerce a arte do ferreiro, em outra a arte do tecelão, e assim das demais. Donde é manifesto que a cidade é uma comunidade perfeita.

Em terceiro lugar, mostra a que a cidade está ordenada. Pois ela foi primitivamente feita em vista do viver, isto é, para que os homens encontrassem de modo suficiente aquilo de que pudessem viver; mas de seu ser provém que os homens não somente vivam, mas que vivam bem, na medida em que, pelas leis da cidade, a vida dos homens é ordenada à virtude.

Em seguida, quando diz ***propter quod omnis civitas*** etc., mostra que a comunidade da cidade é natural. E quanto a isto faz três coisas:

primeiro, mostra que a cidade é natural;

em segundo lugar, que o homem é naturalmente um animal cívico, ali onde diz ***ex hiis igitur manifestum*** etc.;

em terceiro lugar, mostra o que é anterior segundo a natureza, se um só homem, ou a casa, ou a cidade, ali onde diz ***et prius itaque civitas*** etc.

Quanto ao primeiro ponto, apresenta duas razões,

das quais a primeira é a seguinte. O fim das coisas naturais é a natureza delas mesmas; ora, a cidade é o fim das comunidades já mencionadas, das quais se mostrou que são naturais: logo, também a cidade é natural. E que a natureza seja o fim das coisas naturais, ele o prova, ali onde diz *quale enim* etc., com a seguinte razão. Dizemos ser natureza de cada coisa aquilo que lhe convém quando é perfeita a sua geração: assim como a natureza do homem é aquela que ele tem depois da perfeição de sua geração; e semelhantemente ocorre com o cavalo e com a casa, contanto, porém, que se entenda por natureza da casa a sua forma. Ora, a disposição que a coisa tem quando perfeita a sua geração é o fim de todas aquelas coisas que existem antes de sua geração; logo, aquilo que é o fim dos princípios naturais a partir dos quais algo é gerado é a natureza da coisa: e assim, como a cidade é gerada a partir das comunidades já mencionadas, que são naturais, ela mesma será natural.

Apresenta a segunda razão ali onde diz ***adhuc quod cuius gratia*** etc. Ela é a seguinte. Aquilo que é o melhor em cada coisa é o fim e aquilo em vista do qual algo se faz; ora, ter suficiência é o melhor, logo tem a noção de fim: e assim, como a cidade é a comunidade que possui por si a suficiência da vida, ela mesma é o fim das comunidades já mencionadas. Donde é evidente que esta segunda razão é introduzida como prova da premissa menor da razão precedente.

Em seguida, quando diz ***ex hiis igitur manifestum*** etc., mostra que o homem é naturalmente um animal cívico.

E, primeiro, conclui isto a partir da naturalidade da cidade;

em segundo lugar, prova isto pela operação própria do homem, ali onde diz ***quod autem civile*** etc.

Quanto ao primeiro ponto, faz duas coisas:

primeiro, mostra o que se propôs;

em segundo lugar, exclui uma dúvida, ali onde diz ***et qui incivilis*** etc.

Conclui, portanto, primeiro, a partir do que foi dito, que a cidade é uma daquelas coisas que são segundo a natureza; e, como a cidade não é senão uma congregação de homens, segue-se que o homem é naturalmente um animal cívico.

Ora, isto poderia suscitar dúvida em alguém pelo fato de que aquelas coisas que são segundo a natureza estão presentes em todos; não se encontram, porém, todos os homens sendo habitantes de cidades. E por isso, para excluir esta dúvida, diz em seguida que alguns não são cívicos por

causa da fortuna, como por serem expulsos da cidade; ou, por causa da pobreza, têm necessidade de cultivar os campos ou de guardar os animais. E isto é manifesto que não é contrário ao que foi dito, a saber, que o homem é naturalmente cívico: porque também outras coisas naturais às vezes faltam por causa da fortuna, como quando a alguém é amputada a mão, ou quando é privado de alimento. Mas, se algum homem tem o não ser cívico por causa da natureza, é necessário que ou seja depravado, como quando isto acontece pela corrupção da natureza humana; ou seja melhor do que o homem, na medida, a saber, em que tem uma natureza mais perfeita do que os outros homens comumente têm, de modo que por si mesmo possa bastar-se sem a sociedade dos homens: como sucedeu em João Batista e no bem-aventurado Antão eremita. E aduz a isto a palavra de Homero, que amaldiçoa um certo homem que não era cívico por causa da depravação; pois diz dele que era *insociável* porque não podia ser contido pelo vínculo da amizade, e *sem lei* porque não podia ser contido sob o jugo da lei, e *celerado* porque não podia ser contido sob a regra da razão. Ora, quem é tal segundo a natureza é necessário que, juntamente com isto, seja também *ávido de guerra*, como que litigioso e existindo sem jugo: assim como vemos que as aves que não são sociáveis são de rapina.

Em seguida, quando diz ***quod autem civile animal*** etc., prova, a partir da operação própria do homem, que ele é um animal cívico, mais ainda do que a abelha e do que qualquer animal gregário, com a seguinte razão. Pois dizemos que a natureza nada faz em vão, porque sempre opera em vista de um fim determinado; donde, se a natureza atribui a alguma coisa algo que de si está ordenado a algum fim, segue-se que esse fim é dado àquela coisa pela natureza. Ora, vemos que, embora alguns outros animais tenham voz, somente o homem, acima dos demais animais, possui a fala; pois, ainda que alguns animais profiram a fala humana, não falam contudo propriamente, porque não entendem o que dizem, mas por um certo hábito proferem tais vozes. Ora, há diferença entre o discurso e a simples voz. Pois a voz é sinal de tristeza e de deleite, e por consequência das outras paixões, como a ira e o temor, as quais todas se ordenam ao deleite e à tristeza, como se diz no livro II da Ética. E por isso a voz é dada aos outros animais, cuja natureza chegou até este ponto: que sintam seus deleites e suas tristezas e os signifiquem uns aos outros por meio de algumas vozes naturais, como o leão pelo rugido e o cão pelo latido; em lugar dos quais nós temos as interjeições.

Mas a fala humana significa o que é útil e o que é nocivo, do que se segue que significa o justo e o injusto: pois a justiça e a injustiça consistem nisto, que alguns sejam igualados ou não igualados nas coisas úteis e nocivas. E por isso a fala é própria dos homens, porque isto lhes é próprio em comparação com os outros animais, a saber, que tenham conhecimento do bem e do mal, do justo e do injusto, e de outras coisas deste gênero que podem ser significadas pelo discurso. Como, portanto, ao homem foi dado o discurso pela natureza, e o discurso se ordena a que os homens comuniquem uns com os outros no útil e no nocivo, no justo e no injusto e em outras coisas deste gênero: segue-se, visto que a natureza nada faz em vão, que naturalmente os homens comunicam entre si nestas coisas. Ora, a comunicação nestas coisas faz a casa e a cidade; logo, o homem é naturalmente um animal doméstico e cívico.

Em seguida, quando diz ***et prius itaque civitas*** etc., mostra, a partir do que foi dito, que a cidade é anterior segundo a natureza do que a casa ou do que um só homem singular, com a seguinte razão. É necessário que o todo seja anterior à parte, a saber, na ordem da natureza e da perfeição; mas isto deve ser entendido a respeito da parte da matéria, não da parte da espécie, como se

mostra no livro VII da Metafísica. E prova isto assim: porque, destruído o homem inteiro, não permanece nem o pé nem a mão senão equivocamente, do modo pelo qual uma mão de pedra poderia ser chamada mão; e isto porque tal parte se corrompe corrompido o todo, e aquilo que está corrompido não retém a espécie da qual se toma a noção definidora: donde é manifesto que não permanece a mesma noção do nome, e assim o nome é predicado equivocamente. E que a parte se corrompe corrompido o todo, ele o mostra por isto, que toda parte se define por sua operação e pela virtude com que opera: assim como a definição do pé é que seja um membro orgânico que tem a virtude de caminhar; e por isso, uma vez que já não tem tal virtude e operação, não é o mesmo segundo a espécie, mas equivocamente se diz pé. E a mesma razão vale para outras partes deste gênero, que se dizem partes da matéria, em cuja definição se põe o todo, assim como também na definição do semicírculo se põe o círculo: pois o semicírculo é a metade do círculo. Diversamente, porém, ocorre com as partes da espécie, que se põem na definição do todo, assim como as linhas se põem na definição do triângulo.

Assim, portanto, é manifesto que o todo é naturalmente anterior às partes da matéria, embora as partes sejam anteriores na ordem da geração. Ora, os homens singulares comparam-se à cidade inteira assim como as partes do homem ao homem, porque, assim como a mão ou o pé não pode existir sem o homem, assim também nenhum homem, por si só, é suficiente para viver separado da cidade. Se, porém, acontecer que alguém não possa comunicar com a sociedade da cidade por causa de sua depravação, é pior do que o homem e como que uma besta; se, todavia, de nada necessita e é como que possuidor de suficiência por si mesmo, e por isso não é parte da cidade, é melhor do que o homem: pois é como que um certo deus. Resta, portanto, do que foi dito, que a cidade é anterior segundo a natureza a um só homem.

Em seguida, quando diz ***natura igitur quidem*** etc., trata da instituição da cidade, concluindo do que foi dito que em todos os homens há um certo ímpeto natural para a comunidade da cidade, assim como também para as virtudes; mas, contudo, assim como as virtudes se adquirem pelo exercício humano, como se diz no livro II da Ética, assim as cidades são instituídas pela indústria humana. Ora, aquele que primeiro instituiu a cidade foi, para os homens, causa dos maiores bens.

Pois o homem é o melhor dos animais, se se aperfeiçoar nele a virtude para a qual tem inclinação natural; mas, se estiver sem lei e sem justiça, o homem é o pior de todos os animais. Isto ele prova assim, porque a injustiça é tanto mais feroz quanto mais armas tem, isto é, mais recursos para fazer o mal; ora, ao homem, segundo sua natureza, convêm a prudência e a virtude, que de si estão ordenadas ao bem: mas, quando o homem é mau, serve-se delas como que de certas armas para fazer o mal, assim como quando, pela astúcia, engendra diversas fraudes, e, pela abstinência, torna-se capaz de suportar a fome e a sede para perseverar mais na malícia, e semelhantemente das demais coisas. E daí vem que o homem sem virtude, quanto à corrupção do irascível, é sumamente celerado e selvagem, como que cruel e sem afeição; e, quanto à corrupção do concupiscível, é péssimo quanto aos prazeres venéreos e quanto à voracidade dos alimentos. Mas o homem é reconduzido à justiça pela ordem civil: o que é evidente por isto, que com o mesmo nome, entre os gregos, se denomina a ordem da comunidade civil e o juízo da justiça, a saber, *diki*. Donde é manifesto que aquele que instituiu a cidade tirou dos homens o que os fazia péssimos, e reconduziu-os a isto, que fossem ótimos segundo a justiça e as virtudes.

Revision #2
Created 11 October 2026 19:14:41 by Admin
Updated 17 October 2026 14:00:24 by Admin